



# 17º CONGRESSO APROVA PLANO DE LUTAS PARA 2013

(Págs 02-08)



SINDICATO DOS  
TRABALHADORES NO  
SERVIÇO PÚBLICO  
FEDERAL DO ESTADO  
DE SÃO PAULO

# 138

NOVEMBRO 2012



EDIÇÃO ESPECIAL

## ELEIÇÕES DO SINDSEF-SP

Confira o programa e quem faz parte da chapa única inscrita para eleições da nova diretoria do sindicato.

(Págs centrais)

### PARTICIPE DO SEMINÁRIO O RACISMO E SEUS EFEITOS NO COTIDIANO DA POPULAÇÃO NEGRA

Sábado, 24 de Novembro de 2012

Das 09h às 14h

Auditório do Sintrajud - Rua Antonio de Godoy, 88, 15ª andar, Centro, São Paulo/SP



[www.sindsef-sp.org.br](http://www.sindsef-sp.org.br)



# 17º Congresso do Sindsef-SP

## Participantes debatem as perspectivas e desafios para 2013

O 17º Congresso do Sindsef-SP reuniu representantes de diversos órgãos das diferentes regiões do Estado de São Paulo. Uma de suas principais marcas foi a necessidade de avançar na unidade de ação construída para enfrentar os duros ataques do governo, expressa já nas saudações de abertura de Paulo Barela da CSP-Conlutas, e Josemilton Costa da Condsef. Este tema, junto com a importância da organização do trabalho de base, permeou todos os demais debates.

Os painéis foram apresentados pelo Ilaese (Instituto Latino Americano de Estudos Sócio Econômicos), uma boa parceria do Sindsef-SP na questão da formação política e sindical.

A palestra sobre análise de conjuntura internacional e nacional destacou a importância da crise econômica, principalmente na zona do Euro. Os trabalhadores não estão passivos diante dos cortes e, pela primeira vez na história, está colocada a possibilidade concreta de uma greve geral em toda a Europa.

No Brasil, os ataques aos direitos dos trabalhadores também aumentaram. Há um ascenso das lutas, com destaque para os servidores federais, que protagonizaram a maior greve dos últimos anos, conseguindo romper a política dos governos de Lula e Dilma de 10 anos de congelamento salarial. Em 2013 os ataques devem aumentar com cortes de direitos tanto no setor público como no setor privado. Será preciso fortalecer a resistência. A greve do funcionalismo mostrou o caminho, o desafio agora é construir a unidade de toda a classe trabalhadora com os movimentos sociais.

O balanço do movimento do funcionalismo também foi um tema importante do congresso. A ideia de que o governo de frente popular teria neutralizado o conjunto do funcionalismo ruiu após a forte greve dos SPFs, realizada em 2012.

O painel sobre organização do trabalho de base trouxe uma reflexão sobre a história da organização dos trabalhadores nas entidades sindicais e sobre o baixo número de sindicalizados. Esta realidade expressa a importância da organização no local de trabalho, pois ela abre espaço para a participação do conjunto dos servidores. É preciso ganhar a confiança dos trabalhadores para haver a sindicalização.

Grande parte dos trabalhos foi dedicada aos grupos, espaço onde os delegados debateram os temas apresentados nos painéis do congresso. Os participantes destacaram a importância da construção de um plano de ação unificando o setor público e o privado para combater os ataques ao conjunto dos trabalhadores.

Durante o balanço da diretoria Liliane Nunes comentou sobre a realização de assembleias no interior. “É um desafio para a próxima gestão melhorar o trabalho no interior. Ensinar a



Congressistas e funcionários do Sindsef-SP posam para foto no encerramento dos trabalhos.

base a usar os fóruns. Estimular o trabalho dos delegados sindicais”.

Ismael de Souza, servidor do MTE, parabenizou a diretoria, principalmente pela reforma do estatuto, que hoje não permite a perpetuação de diretores no mesmo cargo. Carlos Daniel Toni ressaltou que este é o primeiro congresso do sindicato que não possui delegado nato.

O debate sobre opressões também teve bastante destaque durante o Congresso, com importantes resoluções aprovadas. A criação da secretaria de combate às opressões, aprovada na Plenária Estatutária realizada em novembro de 2011, também foi citada como um ponto alto do balanço da diretoria. A secretaria especial surgiu a partir do entendimento de que exploração e opressão andam juntas e da compreensão que é preciso combater o machismo, a homofobia, o racismo e a xenofobia, acima de tudo, no meio sindical.

A plenária final do 17º Congresso do Sindsef-SP aprovou resoluções sobre conjuntura internacional e nacional, sobre Acordo Coletivo de Trabalho com Propósito Específico – ACE, organização de base, combate às opressões e o plano de ação para o próximo ano. Deliberou que é preciso garantir as conquistas da greve, continuar a mobilização para preparar a Campanha Salarial-2013 e organizar a resistência contra a retirada de direitos de todos trabalhadores. O Sindsef-SP deve organizar as ações de mobilização, que combinem a luta nos tribunais e a luta nas ruas, com marchas, atos públicos e todo o tipo de manifestação, que ponha os servidores em movimento pela anulação da reforma da previdência.

A seguir apresentamos os principais pontos contidos nas resoluções, cuja íntegra pode ser lida no site do sindicato, além da resolução sobre aposentados e pensionistas e Ministério da Saúde. Acesse: [www.sindsef-sp.org.br](http://www.sindsef-sp.org.br)

## Aprovação da Prestação de Contas do Sindicato

O Conselho Fiscal analisou e aprovou as contas do sindicato referentes ao exercício de 2011, apresentando seu parecer ao 17º Congresso do Sindsef-SP. Todos os documentos fiscais e contábeis: notas fiscais, recibos e comprovantes de pagamento estão classificados e contabilizados na forma da lei. Para todos os meses existem emissão de balancetes discriminados, que foram apresentados ao Conselho Fiscal e, conseqüentemente, verificados por este. Durante o congresso, a planilha com as contas do sindicato foi distribuída aos participantes e os documentos ficaram à disposição de todos para caso de dúvidas. Os extratos das contas também foram colocados à disposição dos congressistas e estão disponíveis para os servidores na sede do sindicato. A edição do jornal de janeiro de 2011 apresentou os valores que a gestão anterior repassou para a atual no primeiro dia do mandato.

Recebemos R\$ 185.000 em dinheiro. Também foram registrados os empréstimos

realizados pela gestão anterior, para os servidores do Ibama/MTE, no valor de R\$ 90.000,00 e para a Chapa Oposição Alternativa da APEOESP no valor de R\$ 10.000,00. Será elaborado um relatório contabilizando quanto destes empréstimos já foi pago ao sindicato.

Foram destacados os investimentos feitos na infraestrutura, no jurídico e na Imprensa e Comunicação do Sindicato. Também foi feito o registro sobre a troca do veículo do sindicato, conforme aprovado no congresso passado. O carro antigo foi vendido por R\$ 22.000,00. Este valor foi usado na compra do novo veículo, que possui um plano de parcelamento e quitação até o término da atual gestão (dezembro/2012).

O Conselho Fiscal elogiou o avanço no detalhamento das contas, os recibos de taxi, por exemplo, a significativa redução de gastos com celulares. O parecer foi aprovado por unanimidade. Não houve voto contrário nem abstenções.

### Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP Especial - Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo

Rua Capitão Cavalcanti, 102 - Vila Mariana - São Paulo - SP - CEP: 04017-000 - Tel.: (11) 5085-1157 - Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> - Facebook: [sindsef-sp](https://www.facebook.com/sindsef-sp) - e-mail: [imprensa@sindsef-sp.org.br](mailto:imprensa@sindsef-sp.org.br)

Jornalistas responsáveis Fábica Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL) - Colaborou para esta edição: Eliana Maciel

Tiragem: 7.000 Exemplares - Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety - Impressão: Grafis Soluções Gráficas Ltda. - São Paulo / SP



# Trabalhadores resistem à crise mundial

*No dia seguinte ao painel de conjuntura os congressistas se reuniram em grupo para debater a resolução sobre a situação internacional*

A atual crise econômica mundial é a maior desde o “crash de 1929”. Inicialmente seu epicentro estava nos EUA, mas, neste momento, é a zona do euro o polo mais afetado, com destaque para Grécia, Irlanda, Portugal, Espanha e Itália.

O imperialismo, especialmente, alemão e francês, exige a submissão desses países aos planos de austeridade econômica estabelecidos pela Troika (Banco Central Europeu, União Europeia e FMI). Os governos vêm adotando políticas, que representam a perda de soberania nacional e uma verdadeira guerra social aos trabalhadores e a juventude. Sacrificam-se as condições de vida, as conquistas sociais e os direitos dos trabalhadores. Cortes de salários e aposentadorias, drásticas reduções nos orçamentos dos serviços públicos, planos de privatização das estatais, fim das negociações coletivas e de direitos trabalhistas para facilitar demissões são algumas das medidas impostas para destinar mais dinheiro para o pagamento das dívidas. Estas medidas estão levando a retrocessos históricos na Europa. Em primeiro lugar, representam o fim do chamado “Estado de Bem Estar Social” na maioria dos países europeus.

O sistema capitalista imperialista já não pode mais garantir a manutenção de nenhuma dessas conquistas e necessita destruí-las para defender seus lucros e descarregar a crise sobre as costas dos trabalhadores e do povo. Tudo isso tem provocado uma profunda instabilidade política e social no velho continente e produzido uma situação explosiva como pode se verificar na crescente resistência das massas aos planos de ajustes, com constantes greves gerais nestes países. Fala-se, inclusive da possibilidade de construção de uma greve geral em toda Europa.

A crise do imperialismo se agravou com o enorme e vitorioso processo revolucionário que se alastrou pelo do Norte da África e Oriente Médio e varreu ditaduras sanguinárias há décadas no poder. A revolta das massas árabes contra anos de exploração, miséria e desemprego, agravados pela crise econômica mundial, não poupou títeres sustentados por décadas pelo imperialismo americano e europeu.

A China entrou em uma combinação de desaceleração econômica e um grande ascenso sindical. O proletariado chinês começou a se colocar em movimento, protagonizando uma grande leva de greves contra o padrão salarial aplicado pela ditadura capitalista imposta pelo PC.



EGITO - Egípcios participaram na “marcha do milhão”, em Tahir Square no centro do Cairo, a fim de exigirem uma mudança no regime político do país.



EGITO - Polícia do Cairo reprime manifestantes que seguem na luta por reformas e o fim de regime autoritário.



ESPANHA - Greve geral contra a reforma do direito laboral e a política de austeridade do governo.



PORTUGAL - Greve geral ocorrida em novembro de 2011 contra a política de austeridade fiscal e demissões.



CHILE - Cerca de 100 000 estudantes chilenos participam de marcha em defesa da educação pública para todos e por um sistema verdadeiramente democrático.

Nos EUA existe um início de um processo de lutas que começou com o Occupy Wall Street, se estendeu a dezenas de cidades e algumas greves de importância no coração do imperialismo.

Na América Latina, com o impacto da crise europeia e desaceleração da economia chinesa, começa a se manifestar a redução do crescimento econômico. A luta histórica dos povos latino-americanos e o sentimento anti-imperialista levaram a um enfraquecimento dos EUA na região e a ascensão de diversos governos de frente popular. Infelizmente, esses governos esqueceram a luta pela soberania e a necessidade de libertarem-se do imperialismo. A crescente militarização da região e a criminalização dos movimentos sociais e da pobreza estão a serviço de tentar conter as lutas e mobilizações dos trabalhadores e da juventude por melhores condições de vida e trabalho, que o crescimento econômico não garantiu.

O capital e os governos de turno não têm como atender às necessidades e aos interesses dos trabalhadores e da juventude. É preciso construir uma alternativa que garanta emprego, saúde, moradia, educação e transporte para todos, num mundo sem exploração e opressão, uma sociedade socialista. Por tudo isso, o 17º Congresso do Sindsef-SP saúda as revoluções do Norte da África e Oriente Médio e apoia as lutas dos trabalhadores e da juventude da Europa e de todo o mundo na certeza de que é preciso lutar, é possível vencer!



# Reflexos da crise no Brasil

*Resolução de Conjuntura Nacional aponta a importância de resistir aos ataques*

**A** pesar de sentirmos de maneira ainda limitada os efeitos da crise internacional, a situação pode se agravar a partir da desaceleração da China, importante parceiro comercial do país.

O governo e a patronal, que não querem perder seus altíssimos lucros, vêm realizando uma série de ataques e já preparam outras medidas que representam novas perdas para os trabalhadores e a juventude.

Dilma faz cortes no orçamento federal reduzindo investimentos nas áreas da saúde, educação e reforma agrária. Compromete a economia brasileira ao destinar para o pagamento da dívida pública metade do orçamento. Segue com a política das reformas sindical, trabalhista e previdenciária. No mesmo estilo do PSDB, retoma o programa de privatização em diversas áreas. A política privatista imposta à saúde pública, através das parcerias público-privadas e as chamadas organizações sociais, vem ceifando vidas e deixando milhares de crianças, idosos e a população em geral nas filas dos hospitais e postos

de saúde. Faltam médicos, remédios e leitos hospitalares.

A ineficácia do Programa “Minha casa, Minha vida” está demonstrada. Existe no país um déficit habitacional de 11 milhões de casas. Mas os governos federal, estaduais e municipais estão implementando um plano que podemos chamar de contra-reforma urbana, para favorecer a especulação imobiliária, como ficou demonstrado na violenta desocupação do Pinheirinho, que não foi um caso isolado. A realização de megaeventos como a Copa e as Olimpíadas está significando mais ataques para os trabalhadores. Desencadearam uma campanha de higienização (Favela do Moinho, cracolândia etc.) a fim de tentar esconder a pobreza.

Dilma, desde o primeiro momento, tratou de dar continuidade à política de colaboração de classes de Lula, estabelecendo acordos e alianças com mais diversos setores da burguesia, o que levou o governo a se envolver numa série de escândalos de corrupção ao longo do ano de 2011, com a queda de sete ministros.



Mais de 10 mil servidores participaram da Marcha em Brasília ocorrida em março de 2012.



Jornada Nacional de Lutas contra os efeitos da crise econômica, em agosto de 2011.



Delegação do SINDSEF-SP durante a Marcha em Brasília, em julho de 2012.

Durante o julgamento do Mensalão, o Ministro Joaquim Barbosa afirmou que a aprovação da Reforma da Previdência em 2003 foi garantida pela compra do apoio dos parlamentares. A maioria dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) acompanhou o posicionamento de Barbosa, ou seja, a mais alta corte do país confirmou a grave ilegalidade na aprovação da reforma. O Ministro Celso de Mello chegou a questionar a validade dos atos aprovados pelos parlamentares que se venderam, sugerindo simplesmente a inconstitucionalidade de tais atos. Abre-se um forte caminho para ações judiciais que visem à anulação desta reforma. Porém, para que este processo seja vitorioso é necessário que seja acompanhado de forte mobilização popular. É preciso fortalecer a unidade para que a ação a ser movida tenha o maior número possível de entidades. É preciso que seja também aberta a discussão sobre os meios usados para aprovação das demais leis que atacam

os trabalhadores e a sociedade.

Mas os trabalhadores não tem se intimidado. Os dois primeiros anos do governo Dilma foram marcados também pela retomada das lutas operárias e demais setores da classe trabalhadora, com uma maior polarização social. De norte a sul do país ocorreram greves e mobilizações. O funcionalismo público foi à luta e realizou a maior greve dos últimos dez anos, obrigando Dilma a conceder reajuste para os servidores.

A CSP-Conlutas teve uma destacada atuação em todas essas lutas, defendendo sua unificação para combater os ataques, em todos os momentos em que isso foi possível. Somente a organização, mobilização e unificação das lutas dos trabalhadores e da juventude poderá garantir emprego, terra, saúde, educação e moradia para todos. Por esta razão, o 17º Congresso do Sindsef-SP reafirma seu apoio a todas as lutas e chama à construção de um plano de ação que unifique em torno a uma jornada comum todas as mobilizações.



# Eleição para a Diretoria do Sindsef-SP

Dias 03, 04, 05 e 06 de Dezembro de 2012

## Chapa Avançar na Luta com Renovação

**E**m dezembro de 2012 os servidores filiados da base do Sindsef-SP serão chamados a votar nas eleições para a diretoria do sindicato. Apenas uma chapa se inscreveu para o pleito e foi construída observando alguns critérios bastante importantes. O primeiro deles foi a necessidade de seguir apostando na renovação da diretoria, construindo novas lideranças. Mais de 50% da chapa não estava na gestão anterior. O segundo critério foi compor a chapa com os ativistas que despontaram nos proces-

sos de luta, e não foram poucos, ocorridos nos últimos dois anos, por questões gerais em defesa do funcionalismo, ou por questões específicas dos órgãos. O terceiro critério, não menos importante, foi procurar trazer representantes do maior número possível de órgãos para a diretoria, para que as demandas mais sentidas estejam representadas no dia a dia da entidade. Nos órgãos em que isso ainda não foi possível, é preciso seguir avançando com a eleição de representantes de base para compor o Conselho Deliberativo do sindicato.

Ao mesmo tempo em que há um investimento na renovação, uma linha de continuidade precisa ser reivindicada. O Sindsef-SP protagonizou no último período enfrentamentos importantes com o Governo e com os maus gestores nos órgãos públicos. Denunciou a má utilização dos recursos públicos, corruptos e assediadores, ao mesmo tempo em que lutou para avançar na organização de base e na democracia do sindicato.

Contar com um sindicato forte e atuante será fundamental para a defe-

sa dos direitos e demais desafios que estarão colocados para os servidores nos próximos anos. Como entidade filiada à CSP-Conlutas, central sindical e popular fundada a partir da necessidade de construir uma alternativa de esquerda à CUT, o Sindsef-SP vem atuando com aqueles que compreendem a necessidade da mais ampla unidade de ação para barrar os ataques do governo ao conjunto da classe trabalhadora. Esse esforço deve seguir com ainda mais intensidade no próximo período.

### Se muito vale o que já foi feito...

Em 2011, a Chapa 1 – Renovação Com Lutas, dando início ao processo de apostas em novos dirigentes, assumiu a direção do Sindsef-SP. Durante seu primeiro seminário de planejamento estratégico, a organização de base foi colocada como um dos principais desafios da gestão. Justamente por entender que um sindicato forte e representativo depende da sua base, e por querer um sindicato mais próximo e mais presente junto aos seus filiados, uma medida importante foi a campanha de filiação e recadastramento dos servidores.

#### Investimentos em Infraestrutura

Logo no início da gestão a diretoria procurou se interar da situação financeira da entidade e passou a prestar contas mensalmente no jornal do sindicato. Alguns investimentos na infraestrutura da entidade foram necessários, como por exemplo, a mudança da sede, que estava muito aquém das necessidades dos servidores e a substituição do automóvel do sindicato, que já não apresentava condições adequadas de uso, inclusive quanto à segurança, tendo um gasto elevado de manutenção. Da mesma forma buscou-se a redução de cus-

tos com um novo contrato de telefonia. Havia, ainda, uma necessidade urgente de reestruturação da área jurídica, diante dos constantes ataques aos direitos históricos dos servidores públicos, com aumento acentuado da perseguição nos locais de trabalho, através da prática do ASSÉDIO MORAL. Na reestruturação do Departamento Jurídico do Sindicato foram contrata-

dos profissionais qualificados com ampla experiência em Direito Administrativo, especialmente em assuntos relacionados ao funcionalismo público. A área de imprensa e comunicação também foi fortalecida.



Gestão Biênio 2011-2012: Renovação Com Lutas

#### Instâncias de Deliberações

Nestes últimos dois anos, o Sindsef-SP passou por um intenso período de atividades envolvendo suas instâncias de deliberações. Houve uma busca incessante por envolver o maior número possível de servidores nas principais decisões da entidade. Foram organizadas atividades de formação em vários destes encontros.

Um ponto alto no balanço da gestão foi a realização da Plenária Estadual/Assembleia Estatutária do Sindsef-SP, que, além de fazer o balanço da atuação do sindicato e traçar políticas de atuação para o próximo período, aprovou importantes mudanças no estatuto da entidade, criando mecanismos para garantir maior controle da base sobre as decisões.

A renovação da diretoria ficou garantida estatutariamente. Os diretores poderão cumprir, no máximo, dois mandatos consecutivos frente ao Sindsef-SP. Foi aprovada a revogabilidade do

mandato do diretor que deixar de cumprir o Estatuto de forma parcial ou global. A realização dos congressos passa a ser anual, garantindo que as decisões mais estratégicas do sindicato passem pela base. Foi aprovado o fim dos delegados natos. Todos os servidores passam a votar nas assembleias do sindicato, independente de serem, ou não, filiados. Quando for necessária a liberação de um diretor para dedicar-se exclusivamente aos trabalhos do sindicato, o período não poderá exceder 6 meses, assim, estará sempre sujeito à mesma realidade e dificuldades vividas pela categoria no seu dia-a-dia.

A diretoria aumentou de 19 para 27 diretores, com 4 suplentes, reforçando importantes secretarias como a de Imprensa e Comunicação (que foram desmembradas), Assuntos Jurídicos, Aposentados e Pensionistas, Formação Político-Sindical e criando as Secretarias de Combate às Opressões.



Plenária Estadual / Assembleia Estatutária do Sindsef-SP, novembro de 2011.



Atividades Específicas

**Aposentados e pensionistas** - Logo no início da gestão o Sindsef-SP homenageou aposentados e pensionistas com uma confraternização e, em fevereiro de 2012, realizou o seu VI Encontro Estadual dos Aposentados e Pensionistas.



**DNPM** - Os servidores protagonizam uma luta intensa contra as arbitrariedades do então Superintendente do órgão, Enzo Luis Nico Júnior. Denunciaram que o tratamento dispensado pelo gestor era desrespeitoso e truculento, com constantes humilhações aos seus subordinados. Os trabalhadores obtiveram uma grande vitória em abril de 2011, quando foi publicada a exoneração do superintendente, fato histórico na luta contra o assédio moral no serviço público. Realizaram greve durante a campanha salarial de 2012.

**DNIT** - Os servidores realizaram diversos atos para exigir a moralização do órgão, que esteve envolvido em diversas denúncias de corrupção. Inclusive, o Diretor Geral do DNIT, Luiz Antonio Pagot, foi afastado por suspeita de irregularidades.



**IBAMA/ICMBio** - A superintendente em São Paulo, Analice de Novais Pereira, foi exonerada do cargo em agosto de 2011. Isto foi uma vitória dos servidores, que há tempos vinham denunciando possíveis irregularidades na sua gestão. O Sindsef-SP combateu e denunciou a perseguição sofrida pelos servidores que participaram do polêmico episódio de fiscalização do Porto de Santos.



**EMGEPRON** - Em junho de 2011 os trabalhadores da EMGEPRON, estatal vinculada ao Comando da Marinha, e que há anos não possuíam representação sindical, decidiram aprovar por unanimidade que o Sindsef-SP fosse seu representante sindical. Foram realizadas diversas assembleias, culminando com a aprovação de um Acordo Coletivo de Trabalho, encaminhado à empresa para negociação. Apesar de mais da metade dos cerca de 400 trabalhadores da EMGEPRON ter se filiado ao Sindsef-SP, a empresa se nega a reconhecer esta escolha. Os trabalhadores da Emgepron decidiram que o Sindsef-SP deveria recorrer a Justiça do Trabalho com pedido de dissídio coletivo visando garantir que a empresa negocie a pauta de reivindicações da categoria e reconheça a legitimidade do sindicato para representá-los.



**INCRA** - Os servidores realizaram várias mobilizações pedindo a saída do Superintendente Raimundo Pires Silva, devido aos escândalos de corrupção em que ele supostamente estava envolvido. Finalmente a exoneração saiu em junho de 2011. Em 2012 a categoria realizou greve durante a Campanha Salarial Unificada do Funcionalismo Público Federal.

**Cultura** - Servidores da Cultura (Cinematca, IPHAN, Museu Lasar Segall e Funarte) realizaram ato em frente ao IPHAN no dia 13 de setembro de 2011 reivindicando maiores investimentos no órgão.





**MTE** – Desde o início da gestão o Sindsef-SP vem adotando uma série de medidas contra a reposição das horas da greve realizada em 2010, pela regulamentação das 30 horas e contra a implementação do ponto eletrônico. O Sindicato buscou apoio de parlamentares e entrou com processo na justiça denunciando possíveis irregularidades no processo licitatório do ponto eletrônico. Também conseguiu uma audiência com o Secretário Executivo do MTE em Brasília para tratar destes temas e da introdução dos dois turnos de 6 horas. Fez, ainda, uma campanha intensa de denúncias de irregularidades no órgão e pelo fim da precarização das condições de trabalho. Durante a Campanha Salarial de 2012 realizou paralisações semanais.



**Ministério da Saúde/Funasa** - Em fevereiro de 2012 o Sindsef-SP promoveu um seminário para debater assuntos de interesse dos servidores.



**Fundacentro** - O Sindsef-SP organizou um movimento contra o assédio moral e os demandos da atual direção do órgão. Denunciou diversas irregularidades e lutou pela democratização da relações no local de trabalho. A Fundacentro atua, há 45 anos, na área de prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. No entanto, vários servidores adoeceram devido ao tratamento arrogante, truculento e ditatorial praticado pelo atual presidente.

**SPU** - Os servidores enfrentam sérias dificuldades para cumprir suas atribuições. Instalações físicas em péssimas condições de conservação, insuficiência de recursos humanos e materiais, computadores obsoletos e ausência de plano de carreira específico estão entre os principais problemas relatados. O Sindicato entregou uma carta para Secretária Paula Mota Lara cobrando o posicionamento sobre temas que afligem os servidores.



**IPEN** - O Sindsef-SP defendeu a abertura do debate para a escolha do presidente da CNEN, no início de 2011. No mesmo ano paralisaram as atividades por 48h contra o PL 2203/11, que altera o Adicional de Radiação Ionizante. Em 2012, o órgão paralisou por 17 dias durante a campanha salarial.



**Demais órgãos** – É preciso avançar muito ainda no trabalho de base dos demais órgãos, tais como DPU, AGU, MAPA, Exército, Marinha, CONAB, dentre tantos outros dos 48 que compõem a base do Sindsef-SP. Somente desta forma será possível garantir que suas demandas específicas possam se traduzir em lutas e conquistas. Este, sem dúvida, será um grande desafio para a próxima gestão.

**Atividades Gerais e Campanha Salarial**

O Sindsef-SP participou ativamente das atividades da Campanhas Salariais. Foram realizadas diversas Marchas à Brasília e atos nos estados, com participação ativa dos diversos órgão da base do sindicato. O Sindsef-SP teve papel de destaque na organização da Coordenação Estadual de Entidades do Funcionalismo Público Federal de São Paulo.

Participou, ainda, da 7ª Plenária Estatutária da CONDSEF e do 1º CONGRESSO DA CSP-CONLUTAS.

Participou também das atividades gerais do movimento tais como do Dia 1º de Maio, do Dia Internacional das Mulheres, do Dia de Luta Contra a Violência à Mulher, do Dia Nacional da Consciência Negra e das Marchas Nacionais Contra a Homofobia, etc.



1º Congresso da CSP-Conlutas, realizado em abril de 2012.

*... Mais vale o que virá.*



## Conheça os integrantes da Chapa **Avançar na Luta com Renovação**

 SECRETÁRIO GERAL 01 CARLOS DANIEL - IBAMA	 SECRETÁRIO GERAL 02 FELIPE ATOLINE - INCRA	 ADMINISTRAÇÃO 01 SUELY - FUNDACENTRO	 ADMINISTRAÇÃO 02 MARIA INÊS - IPEN	 FINANÇAS 01 HIDETOSHI - IPEN	 FINANÇAS 02 ROSANA - FUNDACENTRO	 ASSUNTOS JURÍDICOS 01 ANDRÉ - DNIT	 ASSUNTOS JURÍDICOS 02 PEDRO PAULINO - MTE
 ASSUNTOS JURÍDICOS 03 ISMAEL SOUZA - MTE	 SÓCIO CULTURAL 01 CARLINHOS - MTE	 SÓCIO CULTURAL 02 RICARDO - CULTURA	 APOSENTADOS / PENS. 01 BERNADETE - IPEN	 APOSENTADOS / PENS. 02 DEOLINDA - AERONÁUTICA	 APOSENTADOS / PENS. 03 EUNÍCIO - EX-LBA	 INTERIOR 01 EDNA SAMPAIO - MTE	 INTERIOR 02 JÚLIO MEDÉA - MS/FUNASA
 INTERIOR 03 ELIETE - AERONÁUTICA	 IMPrensa 01 HELTON RIBEIRO - INCRA	 IMPrensa 02 JOSÉ MARIA - IPEN	 COMUNICAÇÃO 01 LILIANE SOUZA - MTE	 COMUNICAÇÃO 02 PAULO GARCIA - DNIT	 FORMAÇÃO POL. SIND. 01 GLAUBER GIROTO - SPU	 FORMAÇÃO POL. SIND. 02 JOSELICE MARIA - ICMBio	 FORMAÇÃO POL. SIND. 03 VINÍCIUS GARCIA - IBAMA
 CONTRA OPRESSÕES 01 BRISA BATISTA - DPU	 CONTRA OPRESSÕES 02 SANDRA ELI - IBAMA	 CONTRA OPRESSÕES 03 LUÍS UCHÔA - ICMBio	 SUPLENTE 01 ISRAELÂNDIA - MTE	 SUPLENTE 02 ANA LÚCIA - MS/FUNASA	 SUPLENTE 03 ELIZABETH FAILACHE - SPU	 SUPLENTE 04 JOSÉ DE SOUZA - IPEN	

**BIÊNIO  
2013-2014**

### Candidatos para o Conselho Fiscal

 CIDA VENTURA - EX-LBA	 CLÁUDIO (GAMA) - IPEN	 EDSON COSTA PEREIRA - MTE	 LUÍS ANTÔNIO GENOVA - IPEN	 OSMAR CORREA - IBAMA	 VALDIR RAMONEDA - SPU	 WALDEMIER SILVERIO DA CONCEIÇÃO - IPEN	 WANIA MARA DA SILVA GARRIDO - IPEN
---	--	--	--	---	--	---	---

### Alguns de nossos compromissos de luta:

- Toda solidariedade aos trabalhadores da Europa e de todo o mundo em luta contra os planos de ajuste do FMI! Que paguem pela crise aqueles que a provocaram, os capitalistas! Pelo aprofundamento da revolução árabe! Por uma Palestina livre, laica e democrática.
- Manter, fortalecer e unificar a oposição de esquerda ao Governo Dilma, denunciando a política neoliberal e entreguista adotada!
- Pelo fortalecimento da CSP-Conlutas, Central Sindical e Popular!
- Em defesa do Direito de Greve! Contra o projeto de regulamentação do direito de greve dos servidores.
- Pela anulação da Reforma da Previdência comprada com o Mensalão!
- Contra a aprovação do ACE (anteprojeto que abre caminho para a flexibilização dos direitos trabalhistas) no Congresso Nacional!
- Não à criminalização dos movimentos sociais!
- Reforma agrária já, sob o controle dos trabalhadores! Pelo fim do latifúndio e pela soberania alimentar do povo brasileiro!
- Redução da jornada de trabalho, sem redução dos salários!
- Aumento real dos salários! Pela valorização do funcionalismo e dos Serviços Públicos
- Contra o desmonte do serviço público, privatizações, terceirização, precarização, más condições de trabalho e a falta de funcionários!
- Imediata realização de concursos públicos para atender às demandas dos órgãos.
- Cumprimento imediato dos acordos! Reestruturação de carreiras já!
- Reajuste do auxílio-alimentação e auxílio-creche!
- Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas!
- Em defesa da data-base do funcionalismo em 1º de maio!
- Contra todos os projeto que retiram direitos dos servidores.
- Combate e denúncia de todo tipo de assédio e opressão nos serviços públicos. Pela imediata perda do cargo das chefias que praticam o assédio moral!
- Contra o racismo, o machismo e a homofobia e todas as formas de opressão.
- Contra o PLP 248, que permite demissão por insuficiência de desempenho!
- Fortalecimento das organizações nos locais de trabalho, elegendo novos delegados sindicais de base e criando Núcleos de Base!
- Ampliação da política de formação, com realização de cursos, seminários e debates que promovam a formação política dos servidores!
- Pelo fim da violência contra a mulher! Aplicação e Ampliação da Lei Maria da Penha! Punição dos Agressores, construção de casas-abrigo!
- Anticoncepcionais para não abortar, aborto legal, seguro e gratuito para não morrer! Licença-maternidade de 6 meses sem isenção fiscal, para todas as mães trabalhadoras, inclusive para as adotantes! Creches em tempo integral, gratuitas e de qualidade para todos os filhos da classe trabalhadora!

**Reivindicamos globalmente as resoluções aprovadas no 17º Congresso do Sindsef-SP**





# Contra o Acordo Coletivo de Trabalho com Propósito Específico – ACE

Principal sindicato da CUT, em acordo com empresários, propõe mais ataques aos trabalhadores

O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, filiado à CUT – Central Única dos Trabalhadores, encaminhou à presidência da República e ao Congresso Nacional um anteprojeto de lei estabelecendo uma série de normas para as negociações entre trabalhadores e empresários. Em essência, o anteprojeto define que o “negociado está acima do legislado”, abrindo o caminho para a flexibilização dos direitos trabalhistas.

Fonte: Sindmetal5/C



Enquanto isso, o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos para rodovia Presidente Dutra.

No atual contexto de crise na economia capitalista, que se iniciou em 2007, é flagrante a queda de lucratividade das grandes corporações. Neste ambiente, as empresas buscam soluções que promovam a redução de custos, sobretudo os de mão-de-obra. A eliminação ou redução de benefícios e direitos dos trabalhadores é a alternativa mais comum de redução de custos buscado pelas empresas. Para isso, os direitos trabalhistas não podem estar contidos em lei, ou seja, os direitos precisam ser flexibilizados.

O ACE permitirá que os sindicatos possam fechar acordos com as empresas que valham sobre os direitos contidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Garantirá a indispensável segurança jurídica para que o negociado esteja acima do preconizado pela lei, abrindo o caminho para a possibilidade de divisão das férias em várias parcelas, pagamento em parcelas mensais do 13º Salário, banco de horas sem limite, contratação temporária e aumento das terceirizações, redução salarial para “evitar demissões” e outras.

Fonte: Sindmetal5/C



Trabalhadores da General Motors (GM) aprovam suspensão das demissões.

## DIREITOS NÃO SE NEGOCIAM

NÃO AO ACORDO COLETIVO ESPECIAL QUE ATACA OS TRABALHADORES

ATO POLÍTICO  
DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2012

NO AUDITÓRIO PETRÔNIO PORTELA  
SENADO FEDERAL - BRASÍLIA



A CUT PODE MAIS - CSP-CONLUTAS - AE SINDICAL - CNTA - CPERS/SINDICATO

Os servidores públicos trabalham pela institucionalização da Convenção 151 da OIT – Organização Internacional do Trabalho, que lhes consagra o direito a negociação coletiva e celebração de Acordo Coletivo de Trabalho e, portanto, tendem a sofrer as mesmas conseqüências que os trabalhadores do setor privado nos casos de negociação coletiva. Nesse sentido, o ACE também os atingirá.

Por isto é preciso denunciar esta proposta e construir, junto com a CSP-Conlutas e demais entidades dos trabalhadores, uma grande campanha de pressão contra a aprovação do ACE no

Congresso Nacional. É preciso realizar debates, seminários e entregar um documento aos parlamentares e ao governo esclarecendo a posição do sindicalismo combativo contra o anteprojeto do ACE. Também é importante desenvolver ampla campanha de esclarecimento nos locais de trabalho, para criar massa crítica entre os trabalhadores, contra a aprovação do ACE. Além disso, exigir do parlamento a aprovação de leis que beneficiem os trabalhadores, ampliando direitos e estabelecendo regras contra a demissão involuntária, além da proteção ao direito de organização no local de trabalho.



# Plano de ação: É preciso organizar as lutas

Os servidores públicos federais realizaram neste ano a maior greve geral no setor desde a década de 90. A unidade construída entre as 28 entidades nacionais e as Centrais Sindicais, dentre elas a CSP-CONLUTAS, que cumpriu importante papel na direção do movimento grevista, proporcionou uma ampla vitória política sobre o governo Dilma-PT e arrancou conquistas econômicas importantes, ainda que limitadas frente às reivindicações da categoria.

Terminado o movimento grevista, o governo e a burguesia, utilizando seus meios de propaganda, como rádios, jornais e revistas e a televisão, estabeleceram uma verdadeira campanha contra o direito de greve no serviço público. Assustados com a capacidade de mobilização e organização da categoria querem pressionar a opinião pública para tentar aprovar no Congresso Nacional um projeto que limite, ou inviabilize, o exercício da greve para os servidores públicos.



Marcha em Brasília, realizada em 28 de março de 2012, durante a Campanha Salarial Unificada do Funcionalismo Público Federal.

Foto: Fábria Corrêa



Servidores do IBAMA durante o Dia Nacional de Luta em São Paulo.



Servidores do INCR em greve marcaram presença no Dia Nacional de Luta em São Paulo.

No mesmo momento em que o funcionalismo federal realizava essa poderosa greve, o Supremo Tribunal Federal (STF) iniciava o julgamento dos envolvidos no episódio que ficou conhecido como mensalão. Agora, o STF acaba de julgar culpados os principais membros do governo Lula-PT, por compra de votos de parlamentares para aprovar projeto de interesse do governo à época, dentre eles a reforma da previdência que reduziu boa parte dos direitos históricos dos servidores públicos.

Frente a essa realidade é preciso garantir as conquistas da greve e continuar a mobilização para preparar a Campanha Salarial-2013. Com o julgamento do STF, a reforma da previdência, e demais projetos aprovados à época, são passíveis de nulidade constitucional.

Os movimentos do governo e da burguesia têm objetivo de surrupiar o direito de greve dos servidores federais e, nesse sentido, é preciso organizar a resistência, fortalecendo a unidade dos servidores federais em torno da CNESF e do Fórum Nacional das Entidades dos Servidores Federais, iniciando desde já o debate junto à categoria para preparar a Campanha Salarial dos SPF-2013.

Também é preciso organizar a participação dos servidores federais de São Paulo nas atividades sobre Negociação Coletiva e Direito de Greve e defender a institucionalização da Convenção 151 da OIT, instrumentalizando o direito à negociação coletiva, data-base em 1º de maio e celebração de Acordo Coletivo de Trabalho anualmente. Também é necessário reivindicar o art. 9º da Constituição Federal que assegura o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir como exercê-lo e os interesses que devam por meio dele defender.

Por fim, participar, organizar e subcrever uma ADIN – Ação Direta de Inconstitucionalidade, junto com as Centrais Sindicais e entidades dos SPF, com objetivo de propor a ANULAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA, uma vez que ficou comprovado pelo julgamento do STF, que a mesma foi aprovada de forma criminosa com a compra de votos no mensalão. É preciso organizar as ações de mobilização, que combinem a luta nos tribunais e a luta nas ruas, com marchas, atos públicos e todo o tipo de manifestação, que ponha os servidores em movimento pela anulação da reforma da previdência.



# Avançar na Organização do Trabalho de Base

Foto: Lara Tapety



IPEN

Assembleia realizada durante a greve no IPEN, no dia 21 de agosto de 2012.

A organização de base nos locais de trabalho é fundamental para o fortalecimento da luta dos servidores, para a democratização do sindicato e também para a educação rumo à uma sociedade justa, igualitária, libertária, governada pelos trabalhadores.

Os ataques sofridos pelo funcionalismo público, desferidos pelo Governo Federal, que pretende acabar com conquistas históricas, como a aposentadoria integral e a estabilidade no emprego, impor o congelamento salarial, etc, tomarão um salto na chegada iminente da crise do capitalismo que assola a Europa e outros países pelo mundo. Os governos, orientados pelos organismos financeiros internacionais (FMI, Banco Central Europeu, Comissão Europeia, etc) tem buscando jogar os custos da crise provocada por eles mesmos, nas costas dos trabalhadores, especialmente do funcionalismo público, com demissões, rebaixamento salarial, perda de conquistas, como o décimo terceiro salário, etc.

A integração às hostes governistas da grande maioria das entidades sindicais, provocam um abandono da luta cotidiana, bem como o afastamento destas direções dos sindicatos da base e dos locais de trabalho.

A realidade atual do trabalho de base existente em nosso sindicato, apesar de passos importantes terem sido dados, ainda está longe de corresponder às nossas expectativas e concepções. É preciso seguir avançando. Por isto é ne-

cessário tomar esta questão como prioridade, propondo e incentivando todas as iniciativas que colaborem neste objetivo.

É preciso integrar as organizações por local de trabalho que surgirem nos diversos órgãos na estrutura de decisão do sindicato (Conselho de Representantes, Comandos de Greve, etc.). Realizar diversas discussões sobre o tema durante a gestão (seminários, encontros, cursos), visando dar à toda base a oportunidade de contribuir na construção destes organismos. Lutar junto aos órgãos competentes para o reconhecimento destes representantes de base como representação legal dos trabalhadores daquele local de trabalho. Dar apoio, político e material, aos representantes por local de trabalho para que desenvolvam suas atividades.

Também é preciso eleger representantes de base nos locais onde ainda não existam e aumentar o número de assembleias. Fazer um raio X dos problemas nos órgãos com ajuda dos delegados de base. O delegado de base deve tomar a frente das lutas.

Por fim é preciso estimular a organização de núcleos de base regional, priorizar a luta pela defesa dos direitos e fortalecer a campanha de filiação, principalmente com os mais novos.

MTE



Fotos: Fabia Corrêa

DNIT



CULTURA



FUNDACENTRO



DNPM





# Contra todas as formas de opressão!

Um dos temas centrais debatidos pelos congressistas foi a necessidade de lutar contra às opressões, utilizadas pelo capitalismo com o único objetivo de explorar, enfraquecer e dividir a classe trabalhadora.



Foto: Lara Tapety



Fotos: Fabia Corrêa



O Sindsef-SP tem sido vanguarda na luta contra o machismo, o racismo, a homofobia, a xenofobia e outras formas de opressão. Não é possível lutar contra a exploração sem que haja o combate direto e cotidiano contra todas as formas de opressão. A partir do próximo ano a recém criada Secretaria de Luta contra Opressões será mais uma ferramenta para promover este combate.

Os negros, que são a base real da pirâmide social, são os principais atingidos pela precarização do trabalho, pelo desemprego e os que mais sofrem com o sucateamento dos serviços de educação e saúde. A falta de moradia e saneamento básico, o aumento da violência no cotidiano das cidades e no campo são frutos da violência praticada pelo estado. Este deveria ser o principal responsável por políticas públicas de reparação, ações afirmativas e cotas, para por fim as desigualdades raciais e sociais impostas desde o fim da escravidão. É preciso aprofundar a unidade e as ações de combate, na luta direta contra o racismo.

A cada 5 minutos uma mulher é agredida no país e a cada 2 horas uma é assassinada. Em quase 70% dos casos quem espanca ou mata é o marido, ex-marido ou namorado da vítima. A violência contra as mulheres se manifesta também na precarização do trabalho e na desigualdade salarial entre homens e mulheres. Dilma vetou a lei do salário igual para trabalho igual e se nega a estender a licença-maternidade de 6 meses para todas as trabalhadoras. Além disso, quer mudar a legislação trabalhista para que os acordos coletivos especiais possam prevalecer sobre a CLT. Com isso, direitos como licença-maternidade, hora-amamentação e estabilidade para gestantes seguramente serão os primeiros a serem atacados. As mulheres sofrem ainda a dupla jornada, com a maior parte das tarefas do lar. O Ministério da Saúde registra que ocorrem entre 700 mil e 1.200 milhão de abortos induzidos ao ano no país, dos quais cerca de 200 mil resultam em internação devido a complicações no procedimento. Qualquer política séria de saúde para as mulheres teria de levar isso em consideração, sobretudo quando há comprovada queda desses índices em países onde o aborto já é seguro e descriminalizado.

Estudos recentes afirmam que no Brasil há 1 morte de homossexual a cada 36h. Este dado coloca o Brasil como país campeão em mortes contra homossexuais. Mas as bandeiras de luta históricas dos LGBTs como a criminalização da homofobia e a conscientização nas escolas públicas se tornaram moeda de troca do governo. Em 2011, Dilma retirou das escolas o kit de combate à homofobia para que Antonio Palocci não fosse ouvido em uma CPI no Congresso Nacional. Transexuais e travestis continuam a não ter sequer o direito ao reconhecimento de seus nomes sociais em repartições públicas ou em documentos expedidos por órgãos federais. Mesmo a união civil entre pessoas do mesmo sexo, aprovada também em 2011 pelo Supremo Tribunal Federal, mostra que o judiciário teve que cumprir o papel de “legislador” dada a inércia do legislativo federal. O PL 122/06, que criminaliza a homofobia, está há mais de seis anos parado no parlamento enquanto as mortes e os assassinatos aumentam. Os homossexuais da classe trabalhadora são os que mais sofrem, já que não possuem o Pink Money para comprar sua cidadania. No serviço público não é diferente, a homofobia, traduzida muitas vezes em brincadeiras e em piadas, é uma das portas de entrada do assédio moral na administração. É comum ouvirmos comentários sobre a orientação sexual de algum servidor de modo pejorativo.

Por isso, entre as principais bandeira que o Congresso do Sindsef-SP apontou estão:

Aumento geral dos salários! Salário igual para trabalho igual! Contra o Assédio Moral, Racial e Sexual! Contra o racismo, o machismo e a homofobia e todas as formas de opressão. Pela valorização da cultura negra! Pelo fim da violência contra a mulher! Aplicação e Ampliação da Lei Maria da Penha! Punição dos Agressores, construção de casas-abrigo! Anticoncepcionais para não abortar, aborto legal, seguro e gratuito para não morrer! Licença-maternidade de 6 meses sem isenção fiscal, para todas as mães trabalhadoras, inclusive para as adotantes! Creches em tempo integral, gratuitas e de qualidade para todos os filhos da classe trabalhadora! Campanha pela União Civil com plenitude de direitos! Lutar pela criminalização da Homofobia!

